



Govorno do Estado de Rondônia
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON

RETIFICAÇÃO Nº 01

EDITAL N. 001/IPERON, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON, no uso de suas atribuições legais, através de sua Diretoria Administrativa e Financeira – DAF/IPERON, torna pública a Retificação do Edital do Certame, conforme abaixo:

I - DO QUADRO DE PROVAS:

Passa a constar com a seguinte redação:

Nível Superior: Analista em Previdência – Administrador, Analista em Previdência – Assistente Social, Atuário - Atuário, Analista em Previdência – Auditor, Analista em Previdência – Estatístico, Analista em Previdência – Matemático, Analista em Previdência – Psicólogo e Analista em Previdência – Médico Perito.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor da questão	Pontuação Máxima
Conhecimentos Gerais			
Língua Portuguesa	10	1,5	15
Raciocínio lógico e matemático	5	1	5
Conhecimentos Específicos			
História e Geografia de Rondônia	5	1	5
Informática Básica	5	1	5
Legislação Previdenciária	10	2	20
Direito Administrativo	5	2	10
Direito Constitucional	5	2	10
Conhecimentos na área de formação	15	2	30
Totais	60	-	100

Nível Superior: Analista em Previdência – Analista de Sistemas.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor da questão	Pontuação Máxima
Conhecimentos Gerais			
Língua Portuguesa	10	1	10
Raciocínio lógico e matemático	5	1	5
Conhecimentos Específicos			
História e Geografia de Rondônia	5	1	5
Legislação Previdenciária	10	2	20
Direito Administrativo	5	2	10
Direito Constitucional	5	2	10
Conhecimentos na área de formação	20	2	40
Totais	60	-	100

Nível Técnico: Técnico em Tecnologia da Informação, Técnico em Suporte e Manutenção em Informática.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor da questão	Pontuação Máxima
Conhecimentos Gerais			
Língua Portuguesa	10	1,5	15



Governo do Estado de Rondônia
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor da questão	Pontuação Máxima
Conhecimentos Gerais			
Raciocínio lógico e matemático	5	1	5
Conhecimentos Específicos			
História e Geografia de Rondônia	10	1	10
Legislação Previdenciária	10	2	20
Noções de Direito Administrativo	5	2	10
Noções de Direito Constitucional	5	2	10
Conhecimentos na área de formação	15	2	30
Totais	60	-	100

II - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

Passa a constar com a seguinte redação:

Nos cargos de Nível Superior: Analista em Previdência – Administrador, Analista em Previdência – Assistente social, Atuário – Atuário, Analista em Previdência – Auditor, Analista em Previdência – Estatístico, Analista em Previdência – Matemático, Analista em Previdência – Psicólogo e Analista em Previdência – Médico Perito.

- a) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Conhecimentos na área de formação;
- b) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Legislação Previdenciária;
- c) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Direito Administrativo;
- d) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Direito Constitucional;
- e) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Língua Portuguesa;
- f) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Raciocínio lógico e matemático;
- g) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Informática Básica;
- h) persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade, considerando dia, mês, ano e, se necessário, hora e minuto do nascimento.

No cargo de Nível Superior: Analista em Previdência – Analista de Sistemas:

- a) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Conhecimentos na área de formação;
- b) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Legislação Previdenciária;
- c) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Direito Administrativo;
- d) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Direito Constitucional;
- e) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Língua Portuguesa;
- f) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Raciocínio lógico e matemático;
- g) persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade, considerando dia, mês, ano e, se necessário, hora e minuto do nascimento.

Nos cargos de Nível Técnico: Técnico em Tecnologia da Informação, Técnico em Suporte e Manutenção em Informática.

- a) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Conhecimentos na área de formação;
- b) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Legislação Previdenciária;
- c) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Direito Administrativo;
- d) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Direito Constitucional;
- e) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Língua Portuguesa;
- f) maior número de pontos na Prova Objetiva, na disciplina de Raciocínio lógico e matemático;
- g) persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade, considerando dia, mês, ano e, se necessário, hora e minuto do nascimento.

III - DO QUADRO DE VAGAS

Passa a constar com a seguinte redação:



Governo do Estado de Rondônia
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON

CÓD	CARGO	REQUISITO
T01	TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Nível Médio Completo e Curso Técnico em Informática
T02	TÉCNICO EM SUPORTE E MANUTENÇÃO EM INFORMÁTICA	Nível Médio Completo e Curso Técnico em Manutenção em Informática

IV - DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Incluem-se:

Nível Superior: Analista em Previdência – Administrador, Analista em Previdência – Assistente social, Atuário – Atuário - Analista em Previdência – Auditor, Analista em Previdência – Estatístico, Analista em Previdência – Matemático, Analista em Previdência – Psicólogo e Analista em Previdência – Médico Perito.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

Lei Complementar nº 432/2008

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material; fontes do Direito Administrativo: doutrina e jurisprudência, lei formal, regulamentos administrativos, estatutos e regimentos, instruções, tratados internacionais, costumes. Princípios da administração pública; administração pública direta e indireta (órgãos e entidades. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Autarquias e fundações públicas); atos administrativos; agentes públicos. Empregados públicos. Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/99). Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal (Lei nº 8.112/90). Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 8.666/1993). Lei do Pregão (Lei Federal nº 10.520/2002). Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92). Lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/11). Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar nº 68/92). Lei Complementar nº 746/2013.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito e classificação; poder constituinte; interpretação; aplicabilidade das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade. Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais. Da organização do Estado: Da organização Político-Administrativa; Da União; Dos Estados Federados; Dos Municípios; Do Distrito Federal e dos Territórios; Da Administração Pública (Disposições Gerais; Dos Servidores Públicos). Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo; Do Poder Executivo; Do Poder Judiciário; Da Tributação e do Orçamento. Da Ordem Econômica e Financeira.

Nível Superior: Analista em Previdência – Analista de Sistemas.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

Lei Complementar nº 432/2008

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material; fontes do Direito Administrativo: doutrina e jurisprudência, lei formal, regulamentos administrativos, estatutos e regimentos, instruções, tratados internacionais, costumes. Princípios da administração pública; administração pública direta e indireta (órgãos e entidades. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Autarquias e fundações públicas); atos administrativos; agentes públicos.



Governo do Estado de Rondônia
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON

Empregados públicos. Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/99). Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal (Lei nº 8.112/90). Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 8.666/1993). Lei do Pregão (Lei Federal nº 10.520/2002). Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92). Lei de acesso à informação (Lei Federal nº 12.527/11). Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar nº 68/92). Lei Complementar nº 746/2013.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito e classificação; poder constituinte; interpretação; aplicabilidade das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade. Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais. Da organização do Estado: Da organização Político-Administrativa; Da União; Dos Estados Federados; Dos Municípios; Do Distrito Federal e dos Territórios; Da Administração Pública (Disposições Gerais; Dos Servidores Públicos). Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo; Do Poder Executivo; Do Poder Judiciário; Da Tributação e do Orçamento. Da Ordem Econômica e Financeira.

Nível Técnico: Técnico em Tecnologia da Informação, Técnico em Suporte e Manutenção em Informática.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

Lei Complementar nº 432/2008

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios. Direito administrativo: conceito, fontes e princípios. Agentes administrativos. Investidura e exercício da função pública. Direitos e deveres dos funcionários públicos; regimes jurídicos. Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. Princípios básicos da administração. Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano. Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder. Improbidade administrativa: sanções penais e civis. Lei nº 8.429/1992 e alterações. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. Organização administrativa. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Responsabilidade civil do Estado. Crimes contra a Administração Pública praticados por funcionário público ou por particulares contra a Administração em geral. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar nº 68/92). Lei Complementar nº 746/2013.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Dos Direitos Sociais. Da Nacionalidade. Da Organização do Estado. - Da Administração Pública. Disposições Gerais. Dos Servidores Públicos. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da Segurança Pública.

As demais informações do referido Edital permanecem inalteradas.

Porto Velho – RO, 05 de Outubro de 2017.

**MARIA REJANE SAMPAIO DOS SANTOS VIEIRA
PRESIDENTE DO IPERON**